

EXPROPRIAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CAMPO NO CAPITALISMO

Marlene Lucia Siebert Sapelli¹

Resumo

O objetivo desse artigo é apresentar, ainda que sucintamente, alguns elementos sobre as transformações provocadas pelo capitalismo nas relações de produção no campo. Para compreendê-las, faz-se necessário explicitar os motivos que levam os capitalistas a engendrâ-las. Podemos identificar os mesmos na esfera da produção/circulação de mercadorias que são produzidas para satisfazer diferentes necessidades humanas, especialmente de acumulação. Nesse processo, se relativiza as consequências desumanas para os que vivem tanto no campo como na cidade, partes da mesma sociedade que aparenta uma pseudodicotomia. O trabalho foi feito a partir de análise bibliográfica no processo de pesquisa realizado no Doutorado do PPGE da UFSC. Na primeira parte apresentamos algumas reflexões gerais sobre o trabalho que consideramos a questão fundante desse processo, pois é ele que determina a forma do ser humano "ser" e como disse Marx "é o que o distingue dos animais", ou "tal como produz assim ele é". Na sequência, discutimos as origens agrárias do capitalismo e a seguir mostramos como, a partir da expropriação da terra, intensificam-se os processos de precarização do trabalho e exclusão do trabalhador do campo nesse processo, consequência, principalmente, da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto.

Palavras-chave: campo; trabalhadores; expropriação e exploração.

Eixo: Trabalho, tecnologia e reestruturação produtiva.

Introdução: algumas reflexões gerais sobre o trabalho

Para compreendermos as transformações nas relações de produção, faz-se necessário explicitar os motivos, ou seja, os objetivos que motivam os capitalistas a engendrâ-las. Podemos identificar os mesmos na esfera da produção/circulação de mercadorias que são produzidas para satisfazer diferentes necessidades humanas, especialmente de acumulação. Nesse processo, se relativiza no sistema capitalista as consequências desumanas para os que vivem tanto no campo como na cidade, partes da mesma sociedade que aparenta uma pseudodicotomia. A questão fundante desse processo é o trabalho que é a forma do ser

¹ Docente do Departamento de Pedagogia, Doutoranda do PPGE da UFSC, bolsista CNPq, marlenesapelli@yahoo.com.br

humano "ser" e como disse Marx "é o que o distingue dos animais", ou "tal como produz assim ele é". Nascemos potencialmente humanos. Só o que o homem traz no seu aparato biológico ao nascer não é suficiente para viver. E isso o difere dos animais que trazem no seu aparato biológico quase todos os elementos para sua sobrevivência. Segundo Marx, "o trabalho é condição natural eterna da vida humana" (1985, p. 153)

Antunes (2004), ao analisar os escritos de Engels, afirma que neles o autor considerava o trabalho condição básica e fundamental de toda a vida humana ao ponto de afirmar que o trabalho criou o próprio homem. O próprio corpo do homem foi se transformando nesse processo, portanto, em parte, é produto dele. O trabalho coletivo levou à necessidade da linguagem. Com o trabalho e com a palavra articulada, o próprio cérebro foi se transformando. Com isso as necessidades humanas foram se modificando e, em consequência, também sua forma de viver. Passou a fazer uso do fogo, a domesticar os animais, a caçar, a pescar, a dedicar-se à agricultura e, mais tarde, à fiação e à tecelagem, à elaboração de metais, à olaria e à navegação. O homem foi modificando a forma de trabalhar e no, mesmo processo, a si mesmo. Assim, o homem foi atuando sobre a natureza cada vez de forma mais intencional. Passou a planejar o trabalho.

Objetivos

São objetivos da pesquisa: compreender a categoria trabalho como fundante do processo de produção; explicitar as transformações provocadas pelo capitalismo nas relações de produção no campo e analisar como a partir da expropriação da terra, intensificam-se os processos de precarização do trabalho e exclusão do trabalhador do campo.

Metodologia

O trabalho foi feito a partir de análise bibliográfica, considerando o materialismo histórico dialético como referência para as análises feitas.

Resultados

No capitalismo, o trabalho enquanto ação pela qual o homem se produz humano é desvalorizado e valorizado enquanto trabalho produtivo. Segundo Marx (s/d) o trabalho produtivo é aquele que valoriza diretamente o capital, que produz mais-valia, que se realiza como trabalho não pago pelo capitalista, que se representa em mercadorias, então, representa um produto que não custa ao capitalista.

Para compreendermos, então, o trabalho na sociedade capitalista, precisamos compreender a mercadoria que, segundo Marx (1985), tem duplo aspecto - valor de uso e de troca - e o seu valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Nesse sentido, o trabalho sempre é considerado “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc...humanos”, portanto trabalho abstrato (MARX, 1985, p. 51). Essa quantidade de trabalho necessário não permanece constante. É determinada por diversas circunstâncias: “entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (MARX, 1985, p. 48). Esses fatores combinados provocam transformações nas relações de produção, visando justamente diminuir a quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias, ou seja, visa a valorização do valor e a circulação do dinheiro como capital.

Para produzir a mercadoria foi feita uma divisão social do trabalho que aconteceu de diferentes formas em diferentes momentos da história da humanidade. Nesse processo de transformação das relações de produção houve uma diminuição crescente da necessidade de trabalho vivo, de força de trabalho que é a capacidade de trabalho, entendida como “o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1985, p. 139) e isso traz consequências dramáticas para o ser humano. O que agrava esse processo é o fato de que há um crescimento da população e o engendramento de relações de produção que diminuem a necessidade de trabalho vivo, provocando a polarização dos trabalhadores combinada com uma crescente exclusão da maioria dos processos de produção/consumo. Segundo Marx (1985) a força de trabalho só se realiza no trabalho e se não é vendida ela nada é. A exclusão se dá também porque o capitalismo não necessita de todos para se reproduzir!

O valor da força de trabalho, necessária para o capitalismo se reproduzir também é, segundo Marx, como de toda mercadoria, determinada “pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico” (1985, p. 141). Portanto, é mais uma mercadoria a ser calculada como custo no processo de produção/circulação. O valor da força de trabalho é o valor da soma de várias mercadorias: educação, alimentação, roupas, casa e outros. A primeira questão é, então, a sobrevivência. Como disse Marx, a primeira condição para fazer história é estar vivo, portanto, nesse valor são incluídos os custos de subsistência, inclusive dos que substituirão o trabalhador. Outra questão é a formação desse trabalhador. Para que a força de trabalho alcance habilidade e destreza para uma determinada atividade, precisa ser construída no processo de formação/educação, de aprendizagem. Esse processo exige um quantum de trabalho socialmente necessário.

Assim, se a força de trabalho tem seu valor, não pode então ser vendida abaixo do seu valor. Se o for, desenvolve-se de forma atrofiada. Outra consideração que Marx (1985) faz sobre a força de trabalho é que quem fornece crédito ao capitalista é o trabalhador, pois “adianta ao capitalista o valor de uso da força do trabalho” (1985, p. 143). Porém, as relações se estabelecem de tal forma que o capitalista cria no trabalhador a impressão de que ele é o bom senhor que lhe concede a possibilidade de vender sua força de trabalho.

Essas questões apontadas por Marx, estão muito presentes na vida das pessoas. Diariamente somos surpreendidos por notícias que relatam fatos, que provocam alterações significativas nas relações de produção e que, conseqüentemente, alteram nossas vidas em vários aspectos. Notícias a respeito de leis que desregulamentam os direitos trabalhistas, conquistados por meio de lutas intensas; sobre novos desempregados que passam a ser amparados por políticas compensatórias ou simplesmente abandonados às margens da sociedade; sobre o nascimento de novas profissões e a morte súbita de outras; sobre a dificuldade de ser aceito pela primeira vez no setor produtivo; sobre a exigência de novas habilidades e competências do trabalhador; sobre novas invenções físicas e estratégicas que otimizam a produção e o consumo entre outras. E, por vezes, não nos damos conta que tais situações atingem tanto o trabalhador que vive no campo como o que vive na cidade. Entendemos que no campo esse processo se acirra a partir da expropriação da terra, como veremos a seguir.

Expropriação do principal meio de produção: a terra

Ao contrário do que afirmam muitos autores, Wood (1998) entende que o capitalismo nasceu no campo e não na cidade, especificamente na Inglaterra, expandindo-se depois ao resto do mundo, apresentando vários argumentos para explicar seu posicionamento. Para a autora, até o século XVI, o que existiam eram relações de comércio e não de mercado. Justifica tal entendimento ao afirmar que

...em nenhum lugar, nem nos grandes centros comerciais da Europa, nem na vasta rede comercial do mundo islâmico e da Ásia, estava atividade econômica, e em particular a produção, impulsionada pelos imperativos da competição e da acumulação (WOOD, 1998, p. 7)

Outra característica daquele período, segundo Wood é que “os camponeses tinham acesso aos meios de produção, à terra, sem precisar oferecer sua força de trabalho no mercado como mercadoria” (1998, p. 8). Após o século XVI esse processo mudou. A Inglaterra já possuía na época uma “rede impressionante de estradas e de vias de transportes fluviais e marítimas que unificavam a nação de modo bastante excepcional para o período” (WOOD, 1998, p. 9)

Esse fato, associado ao processo de cercamento, de pressão para a produtividade e de submissão dos camponeses ao mercado, ocorrido dos séculos XVI a XVIII na Inglaterra, contribuiu enormemente para a instituição do início do capitalismo. O processo de cercamento levou à alta concentração de terra, expropriando o camponês do principal meio de produção que lhe garantia a subsistência. Isso ocorreu, ao mesmo tempo em que os artesãos e os tecelões eram expropriados dos seus meios de produção.

Como a terra estava concentrada na mão de poucos, na Inglaterra, um dos meios para torná-la produtiva foi adotar o “arrendamento” que ocorreu, segundo Wood (1998), de várias formas e acabou tornando muitos agricultores dependentes do mercado, uma vez que para pagar as taxas de arrendamento tinham que conquistar bons preços pelos seus produtos. Nesse contexto, concentração de terras, competitividade e lucros estavam relacionados. Isso tudo levou a Inglaterra a modificar o conceito tradicional de propriedade, construindo o elemento para o entendimento capitalista de propriedade vinculado “à busca da minimização do valor de troca por meio da redução de custos e pelo aumento da produtividade, através da especialização, acumulação e inovação” (WOOD, 1998, p. 16). Esse processo inicial do capitalismo no campo teve como principal consequência a expropriação do principal meio de produção: a terra; teve início na Inglaterra, mas espalhou-se para todas as partes do mundo.

Precarização do trabalho e exclusão

Não mais possuidor desse e de outros meios de produção, o trabalhador do campo, precisou para sobreviver, submeter-se à exploração dos que os possuíam. De lá para cá, as relações de produção no campo passaram por muitas transformações e acirrou-se a exploração de uma classe sobre a outra. Essa exploração explicita-se em diferentes formas de emprego, subemprego e desemprego estrutural. Uma grande massa de meeiros, parceiros, boias-fria, acampados, assalariados e outros constituem o campo.

Outro fator que contribui para as mudanças nas relações de produção no campo foi o crescente processo de modernização. A entrada das máquinas para realizar parte do trabalho no campo, expulsou uma grande massa de trabalhadores que, em parte, foram absorvidas pelas fábricas na cidade.

Muitos, com exceção dos grandes proprietários, que conseguiram manter a propriedade sobre a terra, entraram num processo imenso de pauperização, acabando por produzir apenas valores de uso, para sua subsistência e de seus familiares, outros acabaram migrando para áreas do interior e outros, ainda, acabaram ampliando um pouco sua atuação ao apropriar-se do trabalho de terceiros, mas nem por isso tornando-se capitalistas. Segundo Santos (*apud* Carvalho, 2005, p. 45) “ a soma do dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar”.

É esse contexto que leva vários autores a diferentes interpretações sobre o destino do campesinato. Carvalho (2005), por exemplo, apresenta três modelos de fazê-lo. Diz que uns entendem que haverá o fim do campesinato; outros defendem o fim do fim do campesinato (são os que defendem ações para manter o trabalhador no campo ou com Reforma Agrária, aumentar o número de camponeses); e os que enxergam uma metamorfose do campesinato (com a modernização da produção). É a partir desse terceiro modelo de interpretação que vamos procurar compreender o campo no interior do capitalismo.

Nesse sentido, podemos afirmar que a grande propriedade tem uma capacidade enorme de assimilar as novas tecnologias de produção e a pequena propriedade acaba, para se integrar a essa modernização, submetendo-se à grande indústria. Assim, a relação entre trabalho e propriedade vai assumindo diferentes formas sociais, mas, em geral, não na perspectiva de superar a contradição entre trabalho e capital. Podemos dizer que, segundo

Carvalho (2005, p. 34) “o modo de produção capitalista pode, portanto, apropriar-se do trabalho do trabalhador agrícola que é o camponês, como o faz com todo trabalhador”.

Nesse contexto o Brasil se submete à divisão internacional do trabalho, pois o modelo de desenvolvimento do campo está sob a hegemonia do agronegócio burguês e “sob o controle direto dos interesses das corporações multinacionais e do capital financeiro internacional” (CARVALHO, 2005, p. 200). Isso torna o Brasil, segundo o autor, colônia produtora e exportadora de matérias-primas. Para o autor, o modelo econômico e tecnológico dominante na agricultura brasileira caracteriza-se pela:

- tendência à concentração da terra, dos recursos naturais e da renda rurais;
- tendência crescente de homogeneização genética e monoculturas;
- oligopolização e, em alguns casos, a monopolização da oferta das sementes;
- utilização massiva de agroquímicos de origem industrial e de motomecanização pesada;
- ampliação de novas áreas de terras e conseqüente derrubada da cobertura florestal;
- apropriação de terras devolutas seja nas regiões dos Cerrados e na Amazônia;
- dependência de insumos importados e sob o controle de empresas multinacionais oligopolistas;
- pela oferta de produtos agrícolas para exportação;
- pela agroindustrialização controlada pelo capital estrangeiro;
- pela contaminação ambiental e degradação dos solos;
- pela dependência de incentivos diretos e indiretos governamentais (CARVALHO, 2005, p. 201)

Ocorre, a partir disso, um processo de modernização conservadora no campo. Para os pequenos, a saída que se apresenta como mais aceita é a integração. Isso ocorre porque o pequeno proprietário detém e mantém alguns meios de produção (terra, ferramentas, instalações), mas não outros. Com a integração passa a incorporar inovações tecnológicas, especialmente, da engenharia genética (CARVALHO, 2005). Quanto mais se integra, mais dependente fica e concomitantemente, vivencia um processo de minimização da renda, apesar do esforço em assimilar as novas formas de se relacionar com a natureza.

A integração, segundo Carvalho, guarda características fordistas. Isso se explicita

pela produção em massa, pela produção de produtos padronizados, pelo controle do tempo e do espaço, pelo trabalho com características parceladas, fragmentando funções, separando elaboração e execução, põe de um lado os detentores do conhecimento de genética, do balanceamento da ração, do conhecimento e do domínio do mercado, do potencial de industrialização da matéria-prima carne, enquanto mantém o integrado ocupado sobremaneira com a atividade de executar e tratar. (CARVALHO, 2005, p. 213)

Enquanto para a maioria o que resta é a integração, para outros, grandes proprietários, é possível a incorporação da flexibilização da produção, com a aquisição de tecnologia de ponta. A automação da produção, justificada por motivos econômicos, políticos, ambientais, legais tem contribuído significativamente para o processo que gera uma exclusão cada vez maior do trabalhador do campo. Segundo Ornaghi (2004) culturas que têm alto grau de mecanização, como soja, algodão e cana-de-açúcar, necessitam, em média apenas um emprego para cada 200 hectares. Ainda, segundo o autor, um tratorista para a limpeza do campo, faz o trabalho de cinquenta homens em um dia.

Vejamos alguns outros exemplos para compreender como a busca pela redução do valor na produção de mercadorias, tem contribuído para a exclusão do trabalhador:

a) o maior produtor de algodão do país, Wander Calos de Souza (PMDB), prefeito de Acreúna (GO), adquiriu 18 colheitadeiras por R\$ 7,2 milhões, o que levou à demissão de 200 empregados. Depois que a colheitadeira passa fica o restolho de algodão. Os desempregados são autorizados a juntá-lo e vendê-lo por R\$ 4,00 cada saco de 15 kg. (ORNAGHI, 2004);

b) A colhedora de cana 3510 John Deere custa R\$ 1,1 milhão, substitui de 80 a 100 trabalhadores, tem vida útil de 10 anos, funciona 20 h por dia sem intervalos. Colhe 1,2 mil toneladas por dia (“Colhedora de cana-de-açúcar custa R\$ 1,1 mi” Folha de Londrina – 23/10/2008);

c) Num comparativo de custos entre produção mecanizada e manual, Giglioti e Cataneo (2009) chegaram às seguintes conclusões: 1. na produção de cana (em uma Usina de Açúcar e Álcool na região do Bariri/SP) o custo da tonelada no corte manual era de R\$ 6,92; no corte manual terceirizado era de R\$ 8,14 e no corte mecanizado de R\$ 5,04, ou seja, 27,17% a menos em relação ao corte manual e 32% a menos em relação ao corte manual terceirizado; 2. na compra de uma colhedora de R\$ 700.000,00 que substitui 103,59 trabalhadores, considera-se: cada cortador ganha em média 647,00 por mês. Há 3 turnos de trabalho e 8 horas. O salário do operador de máquina colhedora era em 2005, R\$ 1600,00. Logo, $103,59 \times R\$ 647,00 = R\$ 67.022,73$; mais a manutenção da máquina R\$ 8,500,00; mais a força-de-trabalho de três operadores que são R\$ 4.800,00 por mês, totalizando um custo mensal de R\$ 80.322,73. Portanto para adquirir a máquina o valor corresponde ao custo de 8,71 meses. Se a safra vai de março a dezembro, portanto 10

meses, o custo da máquina se cobre em apenas uma safra, dispensando 103,59 trabalhadores.

Esses exemplos mostram as vantagens que o capitalista tem em substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto, também no campo, com o objetivo de minimizar o valor. As justificativas apresentadas pelo capitalista não incluem esse motivo, outros são apontados para encobri-lo. Os produtores de cana, por exemplo, alegam que as exigências ambientais (redução em 25% das queimadas em cinco anos, por exemplo, pela Lei 2000) os obrigam a adquirir as máquinas. Outros explicam que é preciso modernizar a produção para enfrentar a competição internacional. Realmente, para reproduzir o capital, sacrifica-se não só o trabalhador, mas se necessário for, o próprio capitalista.

Por outro lado, constata-se que a mecanização traz consequências maléficas para o ambiente, por exemplo, a compactação do solo. Sampaio (2010) afirma que ela é causada, principalmente, pelos tratores e colheitadeiras, impedindo o crescimento das raízes e também é um dos motivos da erosão.

Outros dizem ainda que quem perde emprego no campo, em decorrência da mecanização, pode ir para a cidade, pois lá, com a industrialização, cresce a necessidade de força de trabalho. Esse argumento é facilmente refutado, pois, segundo Monteclaro (2004), usando a tecnologia, com a mesma força de trabalho, hoje é possível na:

- indústria eletroeletrônica fabricar sete vezes mais televisores;
- indústria automobilística fabricar seis vezes mais automóveis;
- indústria têxtil fabricar quatro vezes mais tecidos;
- construção civil construir três vezes mais metros quadrados;
- empresa aérea transportar duas vezes mais passageiros;
- siderurgia fazer duas vezes mais aço.

Segundo Monteclaro (2004) “O computador e o robô que tiram o emprego do metalúrgico, fabricam o trator e a colheitadeira mais baratos, que tiram o emprego do ‘caipira’”. Não há saída. A reprodução do capital, a minimização do valor tem como custo principal a vida humana, a exclusão. Não há saída nem no campo, nem na cidade, no interior dessa sociabilidade, justamente por se constituírem dois elementos da mesma, portanto não há dicotomia entre os dois, ela é aparente.

As lutas que parecem mais avançadas, por exemplo, articuladas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que expressam um esforço imenso, gigante de um grande número de trabalhadores do campo e da cidade, acabam ficando restritas a, no interior do sistema capitalista, buscar reformas que permitam a sobrevivência, significando em geral,

adaptação ao sistema e não estratégia para busca de ruptura. O sistema vomita homens que insistem em viver nele!! Aí se apresenta uma contradição fundamental que precisa ser entendida para avançar na perspectiva de ruptura: a primeira condição para fazer história é estar vivo. Isso nos leva a perguntar: o que é possível, a partir das condições concretas da vida, da materialidade, nesse momento? E o que precisamos construir para ir além do que é possível, em direção ao que é necessário?

Considerações finais

Nesse artigo fizemos um esforço para retomar reflexões já feitas, ampliando-as a partir da compreensão da teoria do valor. A busca de detalhes para compreender as relações de produção que acontecem no campo para minimizar o valor, contribuíram para aumentar o pessimismo diante da atual sociabilidade e ao mesmo tempo o otimismo para definir perspectivas a curto, médio e longo prazo.

A partir das análises feitas, precisamos concordar com Mészáros (2002) quando diz que o capitalismo é irreformável! Só é possível reproduzi-lo, minimizar o valor, por meio da destruição do ser humano e da natureza, por meio de um processo de estranhamento. Não adianta procurar estratégias de reforma, isso só prolonga a agonia, intensifica a desumanização e torna cada vez mais perversa a existência humana!

Por outro lado, ainda não construímos as condições concretas para a ruptura. O capitalismo (que não é um ente abstrato, mas produzido pelos homens) ainda não esgotou sua capacidade de se reorganizar e fortalecer-se em cada crise. A maioria dos seres humanos ainda empenha esforços, de forma consciente ou não, para reproduzi-lo. Poucos são os que têm consciência (e essa vem do social, da materialidade) da possibilidade de romper, mas mesmo tendo-a não conseguem vislumbrar o modo de fazê-lo, que não é individual, é coletivo e que precisa do enfrentamento ao que se apresenta como hegemônico.

As articulações feitas, inclusive nos processos educativos, têm, em geral, a intenção da continuidade, da manutenção. Há, para que isso aconteça um processo de mascaramento da realidade, que leva à compreensão parcial das tensões, das contradições, dos conflitos presentes na mesma. Isso também tem sido um elemento importante para não mudança, para a não ruptura.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**. Possibilidade e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- COLHEDORA de cana-de-açúcar custa R\$ 1,1 mi. **Folha de Londrina** em 23/10/2008. Disponível em http://www.intellog.net/site/default.asp?TroncoID=907492&SecaoID=508074&SubsecaoID=609211&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=543510&Titulo=Colhedora%20de%20cana-de-a%E7%FAcar%20custa%20R%24%201%2C1%20mi%20. Acesso em 10 de agosto de 2010.
- GIGLIOTI, Francisco e CATANEO, Angelo. Comparação dos sistemas de remuneração nas colheitas mecanizadas e manual em uma usina de açúcar e álcool da região de Bariri/SP. **Revista Energia na Agricultura**, vol 24, n.4, 2009, p. 50-64. Disponível em http://www.fca.unesp.br/CD_REVISTA_ENERGIA_vol24n4/vol24n42009/Francisco%20Giglioti%20final.pdf Acesso em 10 de agosto de 2010.
- MARX, Karl H. **O capital**. Volume I Livro Primeiro. Processo de produção do capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. **Capítulo VI**. Inédito de O Capital. São Paulo: Moraes, s/d.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MONTECLARO, Lauro. **Tecnologia provoca segunda onda de desemprego no campo**. 2004. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/09/290374.shtml>. Acesso em 10 de agosto de 2010.
- ORNAGHI, Tiago. **Mecanização engorda fileira de sem-terra**. Folha de São Paulo em 12 de setembro de 2004.
- SAMPAIO, Cristiane. **Mecanização: desemprego e qualificação profissional**. 2010. Disponível em <http://cristianepsampaio.blogspot.com/2010/01/mecanizacao-desemprego-e-qualificacao.html>. Acesso em 10 de agosto de 2010.
- WOOD, Ellen Meikisins. **As origens agrárias do capitalismo**. 1998. Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/EllenWood.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2010.